

International Gramsci Journal

Volume 5

Issue 1 *Gramsci Journals; Gramsci in Brazil; Mussolini Reader of the Note-books; Essay by the Young Gramsci; Reviews: France and Latin America*

Article 10

2023

200 anos de “Independência” interditando a formação “nacional-popular” do Brasil

Giovanni Semeraro

Ana Lole

Follow this and additional works at: <https://ro.uow.edu.au/gramsci>

Recommended Citation

Semeraro, Giovanni and Lole, Ana, 200 anos de “Independência” interditando a formação “nacional-popular” do Brasil, *International Gramsci Journal*, 5(1), 2023, 30-43.

Available at: <https://ro.uow.edu.au/gramsci/vol5/iss1/10>

Research Online is the open access institutional repository for the University of Wollongong. For further information contact the UOW Library: research-pubs@uow.edu.au

200 anos de “Independência” interditando a formação “nacional-popular” do Brasil

Abstract

200 years after 7 September 1822, when Don Pedro I, Crown Prince of Portugal, pro-claimed the Independence of Brazil, this article presents a critical analysis of the event, highlighting the contradictions of this historical period and the challenges that arise for the formation of Brazil as a nation. Situated within the process of modernity established by capitalist globalization, the ‘independence’ of Brazil occurred as a subordinate insertion in world geopolitics. Contrary to the official discourse of a sovereign country and the mystified narratives of ‘the cordial man’ and ‘racial democracy’ spread among the population, these pages question the process of formation of a country founded on genocide, slavery, the exclusion of great part of the population of basic rights, dis-crimination and violence systematically practised to block the constitution of a demo-cratic project of a national-popular character. This notwithstanding, the second part of the article shows how, over these 200 years, a myriad of admirable social and popular struggles have been fertilizing the ground for Brazil to completely free itself from the colonial condition and become an effectively independent and sovereign nation.

Keywords

Independence of Brazil; Nation; Social and popular struggles; National-popular.

200 anos de “Independência” interditando a formação “nacional-popular” do Brasil¹

Giovanni Semeraro e Ana Lole

1. O conceito de nação na modernidade e as suas contradições

Ao abordar os 200 anos que se passaram desde a proclamação da Independência do Brasil (1822-2022), não se pode prescindir do contexto histórico e da concepção de nação delineada na modernidade. Entre as mais diversas teorias e conotações formuladas nesse período, consideramos a ideia de “nação independente” como a constituição de um corpo social e político com peculiaridade e configuração próprias, situado dentro de um território específico, articulado por um conjunto de instituições e atividades econômicas e culturais, unificado pelo sentimento de pertencimento a uma identidade coletiva, pela adoção de uma língua comum, a repartição dos bens fundamentais e a instauração de direitos e deveres. Desta forma, uma nação torna-se independente pela realização de uma unidade construída no decorrer do tempo com a constituição e a “continuidade de um sujeito” coletivo (Balibar, 1996, p. 117) que confere “comunidade de destino” a seus integrantes, livres de expressar a sua vontade e criar os meios necessários para determinar as formas de organização em sociedade. Esta concepção de nação emerge, substancialmente, na história moderna e se configura particularmente na promulgação das constituições derivadas da Revolução Americana de 1776 e da Revolução Francesa de 1789, movimentos políticos impactantes que, ao se insurgirem contra os velhos regimes e o absolutismo, acabaram irradiando mundialmente os princípios da liberdade e da igualdade entre os homens, a autonomia dos povos, a universalização dos direitos fundamentais, o respeito das diferenças e das minorias, a instauração de uma Constituição e de instituições democráticas voltadas a socializar os indivíduos como membros de um Estado nacional.

¹ Este artigo retoma e amplia conteúdos abordados em capítulo publicado no livro *“Soberania nacional e poder popular. Ensaios críticos sobre o significado do bicentenário da Independência”*, Ed. Mórula, Rio de Janeiro, 2022 (a cura di Rodrigo Lima Ribeiro Gomes et alii) e fundamenta os assuntos com mais referência ao pensamento de Gramsci.

No entanto, este sistema basicamente estruturado e apropriado pela burguesia sob a batuta do capital não tardou a revelar que a proclamação dos direitos universais e o seu modelo de democracia resultaram em “promessas não cumpridas” (Bobbio, 1989, p.10) para a maioria da população. Na prática, ficou cada vez mais evidente que a ideologia da “nação” independente e a religião da “pátria” propagadas pela burguesia serviam para garantir a propriedade privada sem limites, o protecionismo para seus negócios, o ocultamento das desigualdades e dos conflitos de classe, a configuração do Estado como aparelho para administrar a ordem e controlar revoltas e ameaças de insurgências populares. A estrutura fundamental engendrada pela burguesia no mundo moderno, de fato, significa acumulação de riquezas e poder nas mãos de uma minoria por meio da proletarização da força-trabalho e da marginalização das massas. A nação, portanto, consoante com este projeto, propala liberdade e igualdade teóricas e produz servidão e desigualdade práticas em grande escala. Tal situação torna cada vez mais nítido que a nação fundada sobre a divisão de classe e as contradições inconciliáveis introduzidas pelo capitalismo implementam uma democracia de fachada e constroem uma unidade nacional de caráter formal e fictícia.

Ao desmontar a inconsistência das teorias contratualistas e desvelar a atomização da sociedade burguesa, Hegel havia já percebido as contradições subjacentes à concepção de nação moderna. Contra a centralidade e a autossuficiência do indivíduo moderno, Hegel apontou, ainda que de forma ideal, para a dialética do reconhecimento, para a “eticidade” do ser social e a construção de um Estado como “comunidade de cidadãos livres” (Hegel, 1996, pp. 73-81). Mas, será Marx a abrir o caminho para que, da identidade do “povo da constituição” elaborada pelo alto por uma elite de “iluminados”, se passasse para “a constituição do povo”, ou seja, para a elaboração da constituição derivada de uma sociedade efetivamente democrática protagonizada pelo povo trabalhador, organizado politicamente e reconhecido legítimo titular do poder soberano. Assim, indo além de Hegel e da noção genérica de “povo” e de “vontade geral” de Rousseau, Marx aponta que a construção de nações independentes e solidárias só seria possível com a superação da divisão de classe e do capitalismo.

De fato, também, nas relações internacionais a ideologia capitalista de nação burguesa apresenta formalmente a universalização de Estados soberanos, mas, na prática, estabelece mecanismos de dependência entre centro e periferia, uma vez que constitui um poder central em torno do qual gravitam de forma subordinada a maioria dos Estados, minando a possibilidade destes se tornarem efetivamente nações livres (Lenin, 2008). Mesmo assim, contra todos os entraves postos pelo persistente sistema imperial, o movimento de lutas pela independência dos colonizados que se alastrou pelo mundo ao longo dos séculos XIX e XX, com levantes em todos os continentes, além de assimilar aportes do Iluminismo e das revoluções liberais, se inspirou em outras concepções políticas e culturais. Na América Latina, a Revolução haitiana (1791-1804), as guerras de independência na América espanhola (1808-1829), a difusão das ideias marxistas e a irradiação da Revolução russa (1917), por exemplo, juntamente com as inúmeras insurgências populares, movimentos sociais e organizações dos trabalhadores, se tornaram combustível na mobilização das colônias para se livrar dos grilhões da dependência e delinear outras configurações de nação na reordenação econômica e no mapa geopolítico mundial.

2. O sentido predominante de independência e de nação no Brasil

A proclamação da Independência do Brasil e a evolução do seu processo ao longo desses dois séculos, acontece nesse contexto. Portanto, não se pode deixar de considerar que a apropriação do território que passa a se chamar de Brasil ocorreu no âmbito da expansão ultramar da Coroa portuguesa, da estruturação burguesa das nações modernas e da globalização do capitalismo. Desta forma, o sistema econômico e a organização social e política aqui implantados foram determinados, essencialmente, pelas potências ocidentais que esquadrihavam o mapa mundial e se engrandeciam com a “acumulação primitiva” (Marx, 2003, p. 825ss). Assimilado neste mapa, o Brasil foi construído sobre uma longa história de usurpação e predação do território, sobre o extermínio dos povos originários e o tráfico de negros arrancados de suas raízes, dizimados e subjugados com todo tipo de atrocidades. O formato, portanto, de “Estado” e “nação independente” instaurados no Brasil teve sua origem na violência e foi plasmado pela condição de colônia.

Assim, em 7 de setembro de 1822, quando o príncipe herdeiro D. Pedro I proclamou a Independência considerada, oficialmente, o ato fundador da nação brasileira, na verdade, foi sancionada a autoridade imperial e a inserção subordinada do Brasil na ordem mundial. A própria manifestação peculiar do evento expressa nitidamente esta posição. De fato, diferentemente das revoluções e das insurgências que ocorreram em diversos países e nos outros territórios latino-americanos, no Brasil, a “Independência” foi uma iniciativa vinda do alto, emanada por um monarca que não alterou a estrutura estamental do poder e a dependência colonial, ao contrário, se prodigou em reproduzir nos trópicos os moldes de uma decadente Europa feudal que estava sendo sacudida pelos ventos das revoluções liberais. Preocupada com as ebulições que fermentavam no território, tal como o movimento que culminou na “Independência da Bahia” (02/1822-07/1823), a Corte do Rio resolveu assumir a bandeira da independência em relação à Corte de Lisboa, mas lhe conferiu um significado peculiar. À sombra da ordem mundial centralizada na Europa, a transação da Independência do Brasil resultou, essencialmente, de um acordo pago ao custo de uma elevada indenização à Inglaterra e da submissão às suas regras comerciais até início do século XX, quando os Estados Unidos implementaram a vassalagem em toda a América Latina com a Doutrina Monroe (1823) e prosseguiram a dolorosa história de “saque e dos mecanismos de expropriação” (Galeano, 2021, p. 16).

É preciso ressaltar que a prolongada manutenção da Monarquia Constitucional no Brasil agradava não só às exigências da, mas atendia, também, aos interesses dos altos funcionários, à “elite” nativa e à poderosa classe latifundiária que visavam impedir o “trauma” da Revolução do Haiti (1791-1804) e da Guerra Civil Americana (1861-1865), as guerras sangrentas ocorridas nas colônias espanholas e as insurgências de indígenas, negros e segmentos populares. Desta forma, a “Independência” no Brasil Metrópole preservou o ordenamento de um Reino vindo do exterior, as imensas propriedades rurais e o escravismo e foi administrada por gestores que instauraram um Estado “nacional” de oligarquias que se firmaram sobre uma economia agroexportadora atrasada com acentuada exploração do trabalho, discriminação racial e repressão social. A própria tardia Abolição da escravatura,

em 1888, não significou a libertação e emancipação dos escravos, mas o abandono deles à própria sorte e o remanejamento da sua condição dentro de mecanismos de exploração ainda mais desumanos. Distanciando-se das posições emancipadoras de figuras como J. Bonifácio, J. Nabuco, J. do Patrocínio, A. Rebouças, L. Gama, a maioria da burguesia brasileira se manteve servil às potências do Norte e se especializou em implementar com todos os meios o sistema de dependência imposto pelo capitalismo aos países periféricos. Foi através dessa engenharia reacionária e funesta que veio se plasmando a configuração básica de um país estruturado como “Casa-grande & senzala” (Freire, 2003), “um Brasil oficial e um Brasil real”, configurando as duas faces de uma nação esquizofrênica: a exibida “para inglês ver” e a dolorosa realidade de grande parte da população que caracterizam até hoje a história desse país, onde tudo pode ser mudado, menos a sua condição de “associado e dependente”.

Esta condição, cravada desde os primórdios da “conquista” e perpetuada ao longo das diversas fases históricas, não é substancialmente modificada com a proclamação da Independência, mas se estende ininterruptamente desde o golpe de 1823, quando D. Pedro I dissolve a Constituinte para impor a sua Carta Constitucional omitindo completamente a referência à escravidão, abdica em 1831, deixa o país nas mãos da tutoria e quando, em 1840, com a maioria do adolescente D. Pedro II, é inaugurado o II Reinado. Com o fim do Império, a “nação” plasmada pela monarquia é reconfigurada com a instauração da “República” proclamada em 15 de novembro de 1889, diante de um público que “assistiu bestializado” (conforme a célebre expressão de Aristides Lobo) a um ato instituído novamente pelo alto por uma revolta de um grupo de militares positivistas que lançavam as bases de uma casta dedicada à manutenção dos seus privilégios, obediente aos mandos de forças estrangeiras e a serviço do sistema senhorial das elites com a instauração de sucessivos golpes (1937; 1954; 1964; 2016).

Deste modo, formalmente independente, o Brasil continua até hoje subalterno às grandes potências e se mantém na condição de ator periférico no sistema-mundo, aceitando o papel de exportador de produtos primários e de importador dos avanços tecnológicos, científicos e industriais. Ao longo dos períodos da Colônia, do Império e das Repúblicas velha e nova, com diversas variações e

roupagens, o modelo “casa-grande e senzala” continuou a se reproduzir (hoje, mais do que visível na configuração das cidades e na subjugação sistêmica de negros, índios e pobres), enquanto repete-se a pregação de “país do futuro”, sempre adiado, porque, como observa Millôr Fernandes, “O Brasil tem um enorme passado pela frente”.

Em uma anotação de 1930, com uma sucinta referência à América Latina e ao Brasil, Gramsci menciona o atraso e o latifúndio das oligarquias que marcam

a civilização espanhola e portuguesa dos séculos XVI e XVII, caracterizada pela Contrarreforma e pelo militarismo parasitário. As cristalizações resistentes ainda hoje nestes países são o clero e uma casta militar, duas categorias de intelectuais tradicionais fossilizadas na forma da metrópole europeia” (Q12§1, pp. 1528-1529)².

Um século depois, este retrato, no qual Gramsci inclui também “a Maçonaria e o tipo de organização cultural como a ‘Igreja positivista’” (Q12§1, p. 1529), resta basicamente atual conforme mostram as poderosas bancadas “do Boi, da Bala e da Bíblia” que dominam o Parlamento e determinam as sortes do país. Um padrão que, mesmo nas fases de modernização que ocorreram, vem sendo mantido a ferro e fogo, com uma sequência de ditaduras e de golpes “institucionais” para desbaratar continuamente movimentos populares e reprimir qualquer sinal que possa sugerir alguma mudança, como tem acontecido recentemente, em 2016, com o golpe do *impeachment* que destituiu a presidenta D. Rousseff.

Ao longo deste extenso período, no qual se manteve inalterada a condição de dependência do país ao capital internacional, a imagem de nação foi confeccionada pelo alto, plasmada por uma “elite iluminada”, garantida pelas Forças Armadas, sacramentada pela “missão divina” de igrejas dedicadas a “pastorear” o povo. Foram, assim, difundidos os estereótipos de “país pacífico”, de convivência fraterna das classes, de “pátria amada” e “abençoada”, de “povo ordeiro” e “índole benigna”, festivo, afetuoso e laborioso, todas imagens retratadas em iconografias de episódios simbólicos e alegorias visuais de uma mitologia originária que formam o

² Gramsci, Antonio. *Quaderni del carcere*, a cura di V. Gerratana. 4 vols. Torino: Einaudi, 1975. No corpo do texto, esta obra é citada com o símbolo Q, seguido pelo número do caderno, pelo número do parágrafo e da página da edição italiana.

repertório de narrativas, monumentos, nomes de ruas, museus oficiais, etc, visíveis, por exemplo, nos quadros:- “A 1ª missa” (V. Meirelles) = retrato de uma nação fundada no direito divino e hereditário, por um grupo de poderosos civilizados cercados por uma população dócil e atrasada; - “O grito do Ipiranga” de 7/9/1822 (P. Américo) = “heroísmo” do abdicador; - “A batalha dos Guararapes” (19/04/1648 e 19/02/1649) (V. Meirelles) = evento indevidamente apropriado como criação do Exército Brasileiro e “berço da Nacionalidade” (Ordem do dia de 19/04/2022); - “A guerra do Paraguai” (P. Américo) = a vergonha de uma guerra enormemente desproporcional entre as forças em conflito, que levou ao massacre dos negros e pobres e quase ao extermínio de um país debilitado, sendo que os “voluntários da pátria” depois da guerra voltaram à condição de servidão.

Paradoxalmente, em um país de dimensões continentais, caracterizado por imensas riquezas e grande heterogeneidade social, histórica, racial, cultural, étnica, religiosa, os duzentos anos de “independência” foram reduzidos essencialmente aos interesses de uma restrita “comunidade dos senhores” (Losurdo, 2005, pp. 216ss) que geraram uma “nação” profundamente dilacerada, um dos países mais violentos e desiguais do mundo, marcado por um racismo estrutural, por gritantes injustiças, por dispositivos de segregação e uma cultura de discriminação. E mesmo quando o Brasil foi obrigado a abolir, tardia e formalmente, o instituto brutal da escravidão e teve que se adaptar às mudanças impostas pela história, o sistema “senhorial” de sociedade não foi extirpado, mas se mimetizou instaurando camaleônicas relações de boa vizinhança entre as classes, camuflando as contradições sociais, promovendo hipócritas tratos amigáveis entre patrão e empregado, driblando com “jeitinho” e “malandragem” as desigualdades e os conflitos, adubando um terreno que as religiões, tão prósperas no Brasil, sabem muito bem explorar. Sem conseguir apagar a mancha vergonhosa da escravidão com o “esquecimento oficial” (em 1890, R. Barbosa manda queimar todos os documentos da escravidão) e com as políticas de embranquecimento de imigração, a classe dominante criou o discurso de que no Brasil o racismo não existe e que, afinal das contas, a escravidão foi uma condição branda e benévola para desvalidos e incapazes.

3. Retrato sem disfarce da independência e da “nação” brasileira

Ainda que se manipulem os fatos, se mistifiquem as imagens e se disfarcem as injustiças sociais, na proclamação da independência e na feitura da nação brasileira, na verdade, não há um glorioso mito originário de referência nem uma história civilizacional da qual o “patri”-monialismo do “senhorio” aqui instalado possa se orgulhar. Além de se enriquecer associando-se à pilhagem da pirataria internacional, a maior proeza da nossa “elite” tem sido agregar, com algumas benesses, uma parcela estratégica da classe média e interditar sistematicamente a emancipação de grande parte da população promovendo uma guerra contínua contra o “inimigo interno”, sufocando as revoltas populares, reprimindo as “classes perigosas” e impedindo a socialização dos bens públicos, a democratização efetiva e a formação de um Estado de caráter nacional-popular.

Inúmeros estudos e estatísticas sobre essa desconcertante realidade mostram a imensa massa de expropriados e interditados, os denominados “SEM” terra, sem teto, sem alimentação, sem saúde, sem amparo social, sem segurança, sem trabalho, sem transporte decente, sem educação digna, sem direitos básicos, sem palavra, sem poder de decisão, sem perspectivas de futuro, sem visibilidade, sem participação efetiva em um projeto nacional democrático, o imenso “vulgo sem nome”, entregue ao desprezo, à caridade e às estúpidas distrações da mídia corporativa. Passados, portanto, 200 anos da proclamação da independência, o que veio a se constituir no Brasil foi uma forma de “nação” para uma restrita classe social, sempre pronta a recorrer à violência quando percebe ameaças ao seu status e dedicada a encobrir com máscaras sentimentais a escandalosa concentração e iniquidade social que leva o Brasil, celeiro do mundo, a largar metade da sua população na fome e na insegurança alimentar e a figurar com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,755 na 75ª posição entre as nações.

Embora tenham ocorrido a modernização da ponta da pirâmide e alguns avanços desde a proclamação da independência, por trás das narrativas oficiais, da retórica nacionalista e do malévolo revisionismo da história que chama de “revolução democrática” a brutal ditadura de 1964-1985, o país fantasiado pelas classes abastadas, colonizadas pela cultura do dominador e pavoneadas com distintivos de grandeza que não têm, continua dependente e saqueado, como mostra à exaustão a “teoria da dependência”, tão

brilantemente elaborada por audaciosos estudiosos brasileiros (R. M. Marini, 1990; T. dos Santos, 2002), que desmascaram os mecanismos astuciosos na “divisão internacional do trabalho” (C. Furtado, 2003) e a ilusão da independência e do desenvolvimento enquanto se aceita permanecer à reboque dos países centrais.

Ainda hoje, contrariamente aos discursos ufanistas e aos livros escolares que divulgam a imagem do Brasil como “país abençoado por Deus”, “democracia racial”, “família brasileira” constituída pelo “homem cordial” e plasmada pelo colorido alegre, criativo e convivial da miscigenação, das culturas e da tolerância etc., quando se observa a realidade concreta verifica-se que: 82% das terras está na mão do latifúndio, de traficantes e de estrangeiros, que destroem recursos naturais e exportam riquezas nacionais; 1% dos brasileiros mais ricos são donos da metade da riqueza nacional e 10% ganham 59% da renda nacional total³; o intocável sistema financeiro, concentrado em poucos bancos, orienta os poderes da República, executa as diretivas dos investidores e não os taxa devidamente; paradoxalmente, a maioria das classes dominantes que se ornamentam com as cores da bandeira nacional, não tem raízes no Brasil. Possuem bens e fazendas, mas não moram neles. Dominam o sistema econômico, controlam o Estado e os meios de comunicação, sonégam tributos e evadem divisas⁴; apesar dos crimes impunes praticados durante a ditadura (1964-1985), a “nação” é tutelada pela casta privilegiada das Forças Armadas Brasileira (FFAA) que interferem livre e continuamente na política e nos poderes do Estado. A ideia de “pátria” dos militares pode ser vista no “Projeto de Nação” apresentado, em 19/05/2022, pelo Instituto Gen. Villas-Bôas, Sagres e Federalista no auditório Fundação Habitacional do Exército, cujo “pensamento estratégico do Brasil” consiste em um novo ciclo de “ditadura soft” até 2035⁵. O Exército

³ Dados do *Relatório World Inequality Report 2022*, que integra a Escola de Economia de Paris, codirigido pelo economista francês Thomas Piketty. Disponível em: <https://wir2022.wid.world/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

⁴ Calcula-se que mais de 500 bilhões de dólares em mãos de “brasileiros” estão em paraísos fiscais. Cf. reportagem “Bens de brasileiros no exterior ultrapassaram patamar de US\$ 500 bilhões em 2019, informa BC”, por Alexandro Martello, *G1 – Brasília*, 25/08/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/25/bens-de-brasileiros-no-externo-ultrapassam-patamar-de-us-500-bilhoes-em-2019-revela-bc.ghtml>. Acesso em: 25 out. 2021.

⁵ Cf. também a “Operação Mantiqueira”, esse treinamento foi revelado pelo site The Intercept Brasil. Cf. reportagem “Documento de treinamento anti-esquerda do exército tem MLT, Partido dos Operários e mídia samurai como inimigos”, por Rafael Moro Martins, *The Intercept Brasil*, 07/12/2021, atualização 27/01/2022. Disponível em:

se apropriou do sentido da identidade nacional e continua a se considerar como o “poder tutelar”, uma entidade distinta da sociedade, com leis e códigos próprios, “uma Nação dentro da Nação”, como o definiu Alfred de Vigny (1965, nota 140, p. 14); nas últimas décadas, foram abertas as portas para a importação de um cristianismo manipulado por setores evangélicos e igrejas neopentecostais, cuja concepção de religião está profundamente amalgamada com o neoliberalismo e uma visão feudal de poder político.

Frente a este novo formato de colonialismo, no qual as instituições públicas são dominadas por grandes corporações, multinacionais, latifundiários, militares e evangélicos, também respeitáveis observadores externos afirmam que “hoje, no Brasil há financistas, oligarcas e monopolistas administrando o país”⁶. Hipócrita e ironicamente, os integrantes destes setores que dilapidam e alienam a nação procuram encobrir o seu vazio com uma unidade abstrata e emocional em torno da simbologia da bandeira, do hino nacional, dos desfiles das FFAA, das cerimônias oficiais, da camisa da seleção, do Cristo Redentor, da natureza exuberante, da terra abundante e acolhedora. No entanto, nada disso consegue esconder a ausência da substância de uma verdadeira nação: a constituição de uma comunidade de cidadãos livres conscientemente organizados para democratizar o poder econômico, político e cultural, para garantir as condições básicas da vida, a igualdade racial, o reconhecimento das diferenças, o cuidado com a natureza, o acesso universal à educação integral de qualidade, o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, a efetiva independência de um país que se constitui como nação soberana no tabuleiro mundial. Sem estas conotações, o Estado perde o seu sentido e a população a sua identidade. É o que vem ocorrendo, atualmente, com a pilhagem das riquezas nacionais, a erosão das conquistas seladas na Constituição Federal de 1988, a letra morta na qual se transformou a proclamação de que “todo poder emana do povo” (art. 1º), a condição do Estado destinado apenas a controlar a massa marginalizada, cuidar da austeridade

<https://theintercept.com/2021/12/07/exercito-treinamento-anti-esquerda-documento/>.

Acesso em: 15 jul. 2022.

⁶ Cf. entrevista com Michael Hudson, feita por Cesar Calejon, *Brasil 247*, 04/07/2022. Disponível em: <https://www.brasil247.com/economia/michael-hudson-voces-estao-vivendo-o-equivalente-a-uma-sociedade-feudal-mas-em-vez-de-latifundiarios-voces-tem-financistas>.

Acesso em: 15 jul. 2022.

fiscal, do sistema perverso da dívida pública e da transferência das riquezas nacionais para o setor financeiro.

4. A gestação de um projeto nacional-popular, apesar de tudo

A configuração do Brasil como país dependente e periférico, profundamente desigual, violento e excludente, dominado pela burguesia colonial nativa subordinada aos ditames das nações capitalistas centrais, é chocantemente clara, mas não é toda a história nem representa a realidade efetiva da grande maioria da população. De fato, mesmo vitimados, defraudados e vilipendiados, as classes subalternizadas e os grupos sociais perseguidos não ficaram passivos e inermes ao longo da história. Empurrados para uma guerra cruel e desigual reagiram, se defenderam, lutaram e procuraram criar formas alternativas de vida plantando sementes de um outro projeto de sociedade. Por trás da narrativa oficial e do imaginário nacional difundido pela classe dominante, foi se formando uma constelação de iniciativas socio-políticas-culturais que vêm tecendo o painel de uma outra história, submersa, silenciada, muitas vezes sufocada no sangue, feita por gente obstinada, esperançosa e criativa que vem gestando os traços de outra nação. Além do Quilombo dos Palmares (1597-1694), da Inconfidência Mineira (1789-1792), da Conjuração Baiana (1798), da Revolução Pernambucana (1817), da Confederação do Equador (1824), de Canudos (1896-1897), das revoltas sociais, das inúmeras greves dos trabalhadores e mobilizações políticas disseminadas em diversas regiões do Brasil, há uma extensa e admirável história escrita nos porões das ditaduras, na clandestinidade e no exílio, nas resistências dos índios, nas rebeliões dos negros, no silencioso labor do “espírito criativo popular”. Contrariamente à imagem de indolência e passividade difusa no senso comum, grande parte do povo brasileiro, forjado nas intempéries e nas lutas sociais, continua sendo o mais profundo e persistente agente da construção do país real, da sociabilidade, da cultura e da nacionalidade efetiva. Ainda a ser devidamente resgatada pela sua complexidade e magnitude, a história real da independência e da nação popular continua a ser escrita na persistência dos movimentos sociais e nas organizações políticas, na efervescência da sociedade civil, nas reivindicações das mulheres e dos setores discriminados, nas periferias, nas universidades, nas escolas, na cultura indígena e africana, na consciência ecológica, na

literatura, na música, na religião, nas tradições, no folclore e na arte popular. É neste imenso e fecundo universo que residem as verdadeiras raízes da nação, a longa e sofrida construção da sua independência e o traço autenticamente “heroico” da sua história.

Ainda que não se estabeleça um evento originário unificador que possa se considerar acontecimento fundador da nação, a miríade ininterrupta de episódios, de eventos, de iniciativas e todo o processo “subterrâneo” promovido pela “nação popular”, se tornam tanto mais significativos e valiosos pela sua capilaridade, persistência e audácia, pelo conjunto de sementes que vêm adubando o terreno de uma “revolução molecular”, de uma transformação que, entre avanços e derrotas, se manifesta em momentos mais impactantes e ondas de insurgências que se acumulam na história e se tornam base de novas energias na construção de um projeto efetivamente nacional-popular.

Esta indomável mobilização popular que foi se avolumando, principalmente, a partir do século XX, tem fomentado um original “pensamento crítico” e alimentado a crescente reflexão contra o colonialismo, no Brasil e América Latina, com grande impacto na política e em numerosos eventos, evidenciando as “raízes” mais profundas na construção nacional, operada não só por “Pensadores que inventaram o Brasil” (Cardoso, 2013), mas principalmente pelo protagonismo das classes subalternizadas que juntamente com seus intelectuais constroem as “matrizes nacionais-populares” da realidade concreta e do “Pensamento social brasileiro” (Rebuá et al., 2017).

Olhando para os 200 anos que se passaram desde a proclamação da Independência, além denunciar os horrores praticados pelas classes dominantes, é preciso continuar a resgatar e aprofundar o imenso legado da extraordinária história nacional-popular em seus vários aspectos, não só para honrar e vingar a memória dos que tombaram nas lutas e abriram novos caminhos, mas principalmente, para conectar as múltiplas partes e constituir o esteio de uma identidade nacional fundamentada sobre seus efetivos protagonistas, consolidar a árdua conquista da democracia e a construção de uma nova civilização. A história, de fato, mostra exaustivamente que a criação de uma nação capaz de integrar a imensa riqueza e diversidade que caracteriza o Brasil e superar as injustiças e desigualdades, nunca virá de cima e de fora. Só a organização política das classes subjugadas poderá levar a bradar em conjunto o efetivo “grito

nacional-popular da independência” e chegar a desencadear um movimento cada vez mais revolucionário, de ruptura com o sistema escravocrata e a condição colonial. Neste sentido, como aponta Gramsci, precisa “romper a concepção de ‘nação’ vinculada a uma tradição de casta, com um forte movimento político-popular ou nacional de baixo” (Q21§5, p.2116). Pois,

A nova construção só pode nascer de baixo, enquanto toda uma camada nacional, a mais baixa econômica e culturalmente, participe de um fato histórico radical que envolva toda a vida do povo e coloque cada um, de cara, diante das próprias intransferíveis responsabilidades (Q6§162, p. 816).

Até agora, as inúmeras iniciativas, revoltas e as insurgências populares que pontilham a história do Brasil, dos partidos e dos sindicatos dos trabalhadores, a multiplicidade das organizações da sociedade civil no campo e na cidade, inclusive, os movimentos impactantes dos anos 1960, as manifestações pela “Diretas já”, a mobilização em torno da elaboração da Constituição Federal de 1988 etc., ainda que representem grandes conquistas, ocorreram “dentro da ordem” sem afetar as estruturas da dependência. Embora significativa, de fato, a história das lutas populares no Brasil mostra que “os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se revoltam e insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação” (Q25§2, p. 2283). E Gramsci acrescenta que a solidez e duração da vitória só é assegurada quando, ao se organizar de forma ampla e permanente (Q13§17, p. 1588), além de conquistar o poder governamental, as classes subalternas constroem a hegemonia, chegam a “se tornar ‘Estado’” (Q25§5, p. 2288) e lançam as bases de uma nova civilização. A verdadeira conquista da independência e a refundação da nação no Brasil podem só se realizar plenamente quando as classes populares, com seu protagonismo político, assumem a direção da própria história, pois, como argumenta A. Suassuna, “Só é nacional o que é popular” (2009, p. 124). Uma expressão, na verdade, que traduz a visão de Gramsci (Q17§9, p. 1915) que conjuga exaustivamente a simbiose entre o conceito de “nação” e de “povo” e mostra que só há nação quando o povo é efetivo protagonista da sua construção e que só há democracia quando dirigida pela soberania do “povo-nação” (Q11§67, p. 1505). De fato, só a “nação-povo” (Q21§4, p. 2113), “ou seja, o conjunto das classes subalternas e

instrumentais” (Q27§1, p. 2312), é capaz de realizar um verdadeiro projeto de nação porque “representa a ‘ponta’ histórica” (Q 23§3, p. 2187) e “a força que cria precisamente a vontade coletiva nacional popular, fundamento de todos os Estados modernos” (Q8§21, p. 952) efetivamente independentes e democráticos.

Referências

- Balibar, É. *Razza Nazione Classe. Le identità ambigue*. 2 ed. Roma: Edizioni Associate, 1996.
- Bobbio, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- Cardoso, F. H. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- Freire, G.. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (1933), 48 ed. rev. São Paulo: Global, 2003.
- Furtado, C. *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Galeano, E. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2021.
- Gramsci, A. *Quaderni del carcere*, a cura di V. Gerratana. 4 vols. Torino: Einaudi, 1975.
- Hegel, G. W. F. *Lineamenti di filosofia del diritto*. Roma-Bari: Laterza, 1996.
- Lenin, V. I. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4 ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- Losurdo, D. *Controstoria del liberalismo*. Roma-Bari: Laterza, 2005.
- Marini, R. M. *Dialética da dependência*. Tradução M. Carcanholo. Post-scriptum traduzido por C. E. Martins. 10 ed. México: Editora Era, 1990.
- Marx, K. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Rebuá, E. et al. *Pensamento social brasileiro*. Aparecida: Ideias & Letras, 2017.
- Santos, T. dos. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- Suassuna, A. “Cultura popular e resistência nacional”: entrevista com Ariano Suassuna. *Revista Princípios*, São Paulo, n. 100, p. 123-128, mar./abr. 2009.
- Vigny, A. *Servitude et grandeur militaires*. Paris: Gallimard, 1965.